Projeto de Lei do Senado n° 470, de 2013

Autoria: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

Institui o Estatuto das Famílias, composto dos seguintes títulos: I) Disposições Gerais; II) Das Relações de Parentesco; III) Das Entidades Familiares, sendo este título subdividido em: Das Disposições Comuns, Do Casamento; Da Capacidade para o Casamento; Dos Impedimentos; Das Provas do Casamento; Da Validade do Casamento; Dos Efeitos do Casamento; Da União Estável; Da Família Parental; Das Famílias Recompostas; IV) Da Filiação; V) Da Adoção; VI) Da Autoridade Parental; VII) Da Convivência Familiar; VIII) Da Alienação Parental e do Abandono Efetivo; IX) Dos Alimentos; X) Do Bem de Família; XI) Da Tutela e da Curatela; XII) Do Processo e do Procedimento; XIII) Do Procedimento para o Casamento; XIV) Da Ação de Divórcio; XV) Do Reconhecimento e da Dissolução da União Estável; XVI) Da Ação de Separação de Corpos; XVII) Da Ação de Alienação Parental; XVIII) Dos Alimentos; XIX) Da Averiguação da Filiação; XX) Da Ação de Interdição; XXI) Dos Procedimentos dos Atos Extrajudiciais; XXII) Das Disposições Finais e Transitórias; revoga o Livro IV da Lei nº 10406/02 (Código Civil) e dispositivos do Código de Processo Civil e da legislação correlata.

Assunto: Jurídico - Direito Civil

Data de Leitura: 12/11/2013

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Destino: Ao arquivo

Último local: -

Último estado: 21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Matérias Relacionadas:

Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 59 de 2017

Despacho:

12/11/2013 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador João Capiberibe (encerrado em 22/12/2014 - Fim de Legislatura)

Senador João Capiberibe (encerrado em 21/12/2018 - Fim de Legislatura)

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

17/12/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

14/12/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Audiências Públicas referidas nos RDHs nºs 73/2015 e 59/2017 não foram realizadas.

03/08/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido ofício nº 418/2017 do Ministério dos Direitos Humanos solicitando agilidade da apreciação e aprovação do Projeto.
Juntei o referido ofício às fls. 145/146.

07/06/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Na 35ª Reunião, realizada nesta data, a Comissão aprova o RDH nº 59, de 2017, de iniciativa do Senador João Capiberibe para a realização de audiência pública para instruir o Projeto.
Juntei o referido requerimento às fls. 143 e 144.

24/09/2015 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Devolvido nesta data pelo Senador João Capiberibe, relator da matéria, em virtude da aprovação do RDH nº 73, de 2015, de iniciativa do Senador Magno Malta, para realização de Audiências Públicas para instruir a matéria.

Juntei às fls. 141 e 142.

06/03/2015 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa o Senador João Capiberibe Relator da matéria.
Ao gabinete do Senador João Capiberibe.

18/12/2014 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

26/08/2014 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: A Comissão recebeu nesta data, manifestação pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2013, da União dos Juristas Católicos de São Paulo - UJUCASP e Associação de Direito de Família - ADFAS, sob a alegação de que a matéria pretende substituir todo o livro do Direito de Família do Código Civil Brasileiro, entre outras normas legais, o que seria inconstitucional.

Juntei as fls. 136 a 140.

TRAMITAÇÃO

01/08/2014 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

17/07/2014 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido nesta data pelo Senador João Capiberibe, com relatório concluindo pela aprovação da matéria.

07/02/2014 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: A Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Ana Rita, designa o Senador João Capiberibe relator da matéria.
Ao Gabinete do Senador João Capiberibe para emitir Relatório.

22/11/2013 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram recebidas Emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

14/11/2013 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo para recebimento de Emendas:
Primeiro dia: 14.11.2013
Último dia: 21.11.2013.

13/11/2013 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na Comissão nesta data. Matéria aguardadando abertura de prazo para oferecimento de emendas.

12/11/2013 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.
Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 81052-81104

12/11/2013 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 135 (cento e trinta e cinco) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 470/2013

Data: 12/11/2013

Autor: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Local: null

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 12/11/2013

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 17/07/2014

Autor: Senador João Capiberibe (PSB/AP)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Devolvido nesta data pelo Senador João Capiberibe, com relatório concluindo pela aprovação da matéria.

Requerimento.

Data: 24/09/2015

Autor: -

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Devolvido nesta data pelo Senador João Capiberibe, relator da matéria, em virtude da aprovação do RDH nº 73, de 2015, de iniciativa do Senador Magno Malta, para realização de Audiências Públicas para instruir a matéria.

Juntei às fls. 141 e 142.

RDH 59/2017

Data: 07/06/2017

Autor: Senador João Capiberibe (PSB/AP)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 35ª Reunião, realizada nesta data, a Comissão aprova o RDH nº 59, de 2017, de iniciativa do Senador João Capiberibe para a realização de audiência pública para instruir o Projeto.
Juntei o referido requerimento às fls. 143 e 144.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Projeto de Lei do Senado, nº 470 de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família.

Listagem ou relatório

Data: 07/06/2017

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: Na 35ª Reunião, realizada nesta data, a Comissão aprova o RDH nº 59, de 2017, de iniciativa do Senador João Capiberibe para a realização de audiência pública para instruir o Projeto.
Juntei o referido requerimento às fls. 143 e 144.